

Trabalho e Natureza: um discurso a favor da alienação

*Fábio Henrique de Campos**

*É assim que me querem
Sem que possa pensar, sem que possa lutar
Por um ideal
“É assim que me querem”*

Edgard Scandurra

1. Entendendo a Epígrafe

A questão ecológica vem a cada dia ocupando um espaço maior em nossas vidas. Isto se manifesta não só pelo surgimento de movimentos em defesa do verde como também nos anúncios do mercado imobiliário, cada vez mais frequentes, que nos tentam vender “qualidade de vida”. Assim, verificamos que, se de um lado cresce uma consciência necessária em torno do problema, de outro, esta tomada de consciência apenas não é suficiente para superar as mazelas de nossa sociedade.

Dentro da lógica do capital, a natureza é fonte de beleza e de recursos a serem apropriados e transformados em propriedade privada. Não obstante, o que efetivamente é explorado é o trabalho e não a natureza, posto que esta sem a mediação do primeiro, não pode produzir qualquer riqueza.

Contudo, apenas a capacidade demonstrada de realizar trabalho não é condição suficiente para completar o processo de alienação do homem em relação à natureza, pois é necessário que o resultado deste trabalho seja apropriado por quem não o realizou. E como não há, inicialmente, outra forma de se apropriar dos “frutos”, a não ser apropriando-se também dos meios de produzi-los, a alienação homem-natureza só se completa de fato com a alienação do próprio trabalho.

Assim, desde as primeiras aglomerações, o homem aprendeu a trabalhar e acabou por inaugurar a dominação sobre seu semelhante. Os desdobramentos culminam na fragmentação do próprio trabalhador e na subjetividade que este tem de si: ele não se entende como produtor, mas como força que desenvolve uma determinada atividade. No que diz respeito a sua relação com a natureza, esta permanece como propriedade privada e dissociada dele. É a relação homem-natureza que surge como resultado das relações que permeiam a sociedade, tornando-se condição de reprodução desta (GONÇALVES, 1982).

Desta forma, a crise ecológica nos leva a colocar em questão a forma como a ideologia capitalista rege o funcionamento da nossa sociedade: gestão dos recursos naturais, os meios de produção, o consumismo, a criação de necessidades, a ciência, a técnica, a distribuição, a alienação.

Não obstante, é oportuno ressaltar que a dicotomia homem-natureza não é privilégio do modo capitalista de produção. Na verdade, esta dualidade pode ser percebida no tempo e no espaço – dentro de cada período da sociedade humana em que ocorreu a dominação de um ser sobre outro – e no discurso implícito em cada modo de produção anterior ao capitalismo[1].

2. A Separação entre Social e Natural: uma necessidade à alienação

A dicotomia entre homem e meio existe nas condições concretas do modo de produção a fim de servir a favor da alienação do primeiro. Enquanto “ente exterior”, a natureza não passa de uma abstração cuidadosamente cultivada e se destaca por causa do papel paradigmático que assume ao sempre expressar uma formulação pretendida para nada menos que a totalidade das coisas.

“(...) a natureza é uma totalidade abstrata que ‘governa’ o conjunto das coisas naturais, inclusive a cultura que nela espelha seus paradigmas, segundo as concepções por nós conferidas a esta totalidade e, portanto, a natureza sempre exprime um discurso que é tão provisório quanto a provisoriedade das nossas concepções sobre o conjunto das coisas que integram o real.” (CARVALHO, 1991:06)

Dito de outra forma, a natureza é sempre uma espécie de discurso momentâneo, cujo conteúdo está sujeito às mesmas transformações que ocorrem através do tempo e alternam a história dos próprios homens e suas sociedades.

A partir do advento da existência humana e de seu desdobramento cultural, a natureza se apresentou como entidade distinta dos homens. Entre os artifícios produzidos pela cultura está o da natureza que, em cada agrupamento humano ou cada sociedade particular, assume significados diversos que se revelam como discursos (leis, teorias e variadas explicações), que os homens reservam para expressar as concepções que têm dos outros integrantes (não humanos) de seus universos.

A natureza, enquanto discurso que é, revela a significação que se busca imprimir ao mundo e sugere o modo de convivência e relacionamento que se pretende para os seres humanos nas relações sociais engendradas na estrutura de classe e nas ideologias inerentes ao modo de produção hegemônico. Por isso, o seu ritmo não é diferente daquele apresentado pelas dinâmicas sociais, pois é nesse ritmo que ocorrem as alterações nas idéias que os homens fazem do mundo.

Vejam os o homem primitivo. Ele imaginava espontaneamente as causas ocultas e as forças invisíveis que controlam a natureza e a sociedade de maneira analógica ao homem. Os animais e os fenômenos naturais são revestidos dos atributos humanos e assim são usados. Assim surge em duplo efeito, por um lado, a antropomorfização da natureza e, por outro, a sobrenaturalização do homem.

Ao adotar espontaneamente as realidades naturais com atributos do homem, este se dota de uma realidade e de um poder sobrenatural. Pode-se dizer até que as coisas naturais sobrevivem independentemente e indiferentes das intervenções humanas, mas o mesmo não acontece com as idéias que fazemos delas.

Partindo disso, o reconhecimento de uma natureza separada do homem não seria possível sem que antes os homens tivessem o seu pensamento domesticado pela necessidade de produzir objetos. Num mundo sem objetos não há natureza e, a rigor, nem sociedade, pois um é a referência do outro[2].

Na medida em que agrupamentos humanos passam a compor sociedades, cujas relações sociais promovam a desigualdade entre os homens, estabelece-se entre eles relações diferenciadas de poder, pois não há outra forma de domesticar os pensamentos no sentido de conduzi-los a produzir excedentes, lucros ou rendimentos. Então a natureza era algo a ser inventado ou a ser revelado como identidade distinta, pois ela tem que ser, de maneira individual, apropriada e consumida.

O desenvolvimento da sociedade de classes e seu desdobramento espacial (entre cidade e campo) é que abriu o caminho para que, a partir da consolidação da distância social dos homens entre si, estes pudessem ver, pensar e conceituar natureza e sociedade como coisas distintas.

Se considerarmos a estreita identificação que passará a haver entre campo (natureza de um lado) e cidade (artificial de outro), não nos será difícil perceber a imposição de uma nova exigência: a decomposição da realidade em “mundos” distintos, “governados” separadamente por forças sociais e naturais.

Fruto do processo de superação de um espaço primitivo, selvagem e sem lugar para a produção excedente, pelo espaço de uma outra sociedade onde se exigirá a produção de um número cada vez maior de objetos, essa “natureza criada” é uma invenção cultural, cuja evidência maior ou menor está diretamente relacionada à intensidade de produção destes objetos que os conteúdos sociais, fundados na domesticação e alienação do trabalho, proporcionam.

A distinção de classes sociais, a adoção de uma hierarquia de valores, a definição de “lugares sociais” e a segregação espacial para quem domina ou para quem é dominado, são os principais sintomas do rompimento com o universo primitivo do pensamento selvagem e da instauração da desigualdade e segregação sociais.

Segundo CARVALHO (1991), a expressão espaço-territorial deste rompimento – a diferenciação ecológica cidade/campo – abriu o caminho para o exercício de um pensamento racional que culmina na elaboração das primeiras cosmologias[3] e no reconhecimento da natureza como identidade distinta da dos homens.

A necessidade de se criar essas cosmologias se dá em virtude de que, mais do que a sociedade de classes e das cidades, a separação homem/natureza só se consolidará plenamente quando se elaborarem as teorias que sejam capazes de introduzir no universo mental das pessoas o reconhecimento desta situação. Ou seja, é preciso, além de se criar a dicotomia, formular uma explicação para que a visão fragmentada da realidade seja aceita pela sociedade como verdadeira.

Tales de Mileto (640-546 a.C.) foi um dos primeiros a tornar objeto de uma discussão pública os novos escritos cosmológicos. A ele se juntaram Anaximandro (610-547 a. C.) e Axímenes (VI a. C.) passando por Pitágoras, Platão e Sócrates, desencadeando os primeiros debates e polêmicas que construíram a história da filosofia. *“Estas discussões giravam em torno de uma preocupação: estabelecer um princípio para a natureza a partir de elementos da própria”* (CARVALHO, 1991:86).

Chegando a Aristóteles de Estagira (384-322 a. C), os debates se intensificaram e será com ele que o “mundo da natureza” descortinado pelos gregos ganhará grande sistematização. *“No entanto, o caminho da natureza e sua identidade nunca deixou de se afirmar”* (CARVALHO, 1991:89).

Aristóteles definiu a palavra *pysis*-natureza em pelo menos duas formulações: numa delas será considerado como natureza tudo aquilo que não for produto do homem, isto é, a natureza independe da intervenção humana e tem autonomia de movimento. Em outra, o termo natureza seria para dar referência ao “substrato” ou à matéria-prima das coisas feitas pelo homem.

Na sociedade da polis grega, em um mundo que é o centro do cosmos, a natureza caracterizada como orgânica, imutável, “automovível” e “autoexplicável”, adquiriu seu primeiro reconhecimento oficial. Desta forma a Terra e a natureza libertaram-se das explicações míticas ou comprometidas com a religião, o que fez com que o mundo natural fosse “descoberto” e tivesse sua identidade “oficializada” e seu lugar reconhecido. Ganhou “vida própria”.

Nos séculos XV e XVI, novas cosmologias e conseqüentemente “novas” naturezas substituirão a natureza orgânica dos gregos, em atendimento às novas exigências que as relações entre os homens produzirão.

Com a ascensão do Império Romano, a filosofia grega sofreria seu golpe mais sério quando o imperador Justiniano (bizantino), já no século VI da era cristã, proibiu o ensino de filosofia, uma vez que a filosofia grega era considerada pagã para o dogma cristão.

Assim como a excluída igreja cristã se tornou doutrina oficial em Roma, o revés sofrido pela filosofia não passou de um ajuste, pois quando a igreja se tornou a instituição mais poderosa da Idade Média, acabou apropriando-se e até mesmo “canonizando” muitos dos princípios básicos da natureza grega e do geocentrismo, tornando-os suportes importantes na manutenção e justificativa do poder eclesiástico.

A igreja manteve e divulgou as idéias de uma natureza orgânica, imutável, movida eternamente a partir de causas e fins predeterminados, num mundo como centro do cosmos, no qual a natureza terrestre e material cede lugar a natureza como o conjunto das coisas inanimadas ou vivas que o Deus judaico havia criado nos Gêneses[4].

Assim, aquilo que os gregos chamavam de “enigmático livro da natureza” foi substituído pelo sagrado “livro das escrituras”. Como convém, fez-se a apologia da predestinação a que tudo e todos estão submetidos (tudo está escrito) além da explicação especial para o homem, que passou a ser considerado como fruto da graça divina e, portanto, fruto do sobrenatural.

O reconhecimento do chamado mundo natural não deixou de ser, de certa forma, contemplado nas escrituras, pois Adão e Eva só foram expulsos do Paraíso depois de unirem os seus corpos, isto é, após criarem a primeira “sociedade”, pelo ponto de vista bíblico. Assim surgiu a exigência de uma natureza com imagem autônoma e dissociada.

Neste ambiente de dissolução, fragmentação e isolamento, a Igreja se tornou o grande centro de referência e poder, portanto foram suas idéias que ganharam a posteridade como sendo aquelas que retratavam a concepção de mundo nas sociedades medievais.

O pensamento racional não foi eliminado, apenas direcionado para outras exigências. Dissolvido junto com as cidades, perdeu o caráter público, restrito aos “locais” a ele destinado pelo poder eclesiástico, submeteu-se aos “cânones” ditados pela Igreja.

O esgotamento da sociedade feudal devido a sua incapacidade em acomodar as muitas e novas contradições, o renascimento do comércio e das cidades, o desenvolvimento das manufaturas, a construção dos estados-nacionais e a expansão marítima, são os principais elementos responsáveis por abrirem um novo caminho[5].

Evidentemente, isto não se deu de uma hora para outra, no mínimo 500 anos (século XI ao XV). No século XV se consolidaram os primeiros países e teve início a grande expansão marítimo-comercial que tomaria praticamente o mundo inteiro, um “mundo” europeu.

Os vários lugares e sociedades, até então dispersos pelo planeta, integraram-se ao processo que daria ao mundo esta característica de espaço “mundializado” e único. A escala da divisão social e territorial do trabalho amplia-se pela primeira vez ao nível do planeta com a sujeição de quase tudo e todos aos valores da cultura ocidental.

Este período corresponde ao momento em que o capitalismo se firmou como o principal método de produção. Com a revolução industrial (século XVIII), o comércio deixa de ser o fator estratégico de produção e a indústria toma o seu lugar. Neste contexto, encontramos novas concepções de mundo, novos reconhecimentos e novas naturezas.

O conhecimento perde o sentido expiatório e religioso passando a ser um meio de controle da natureza e esta passa a funcionar como uma espécie de “máquina perfeita”, já que não pode falhar no fornecimento de enorme quantidade de mercadorias e matéria-prima industrial.

Em vista das exigências da sociedade capitalista, as antigas imagens do mundo e de sua natureza teriam que ser substituídas. Teriam que ser abolidas as “restrições culturais” que uma concepção orgânico-religiosa de natureza impunham à atuação do novo sistema. Enquanto a Terra fosse considerada viva e sensível, seria uma violação de comportamento ético humano quaisquer atos destrutivos contra ela.

Assim, há o rompimento do “mundo obsoleto orgânico” em favor do novo “mundo máquina”. E uma das razões para essa nova imagem se dá no fato concreto do estabelecimento de uma fronteira cada vez mais consolidada entre os donos de produção, conseqüentemente das máquinas e sociedade, e os donos de nada, ou apenas dos seus organismos e de suas forças de trabalho.

Darwin e a *Teoria da Evolução das Espécies* serviram para atestar a hegemonia da classe burguesa pautada no liberalismo e na política de mercado. Ou seja, não poderia haver melhor argumento para sustentar a idéia burguesa de “vocaçao natural” que os homens têm para viver em sociedade de mercado do que a descoberta de que a própria natureza é liberal[6].

Sendo assim, os homens devem se lançar em uma busca alucinante e sem sentido visando uma qualificação[7] altamente competitiva para estarem dentro da “categoria empregável” para que não sejam “extintos”.

Seguindo esta lógica, com relação à discussão posta aqui, pode-se dizer que:

“Sob a racionalidade capitalista da relação homem-meio se agitam as contradições que ela mesma engendra, uma vez que a apropriação capitalista da natureza e do trabalho subordina-os à lógica que converte os homens em predadores, a força de trabalho em energia destrutiva, o trabalho em sugadouro humano, a produção de riqueza em pauperização, a igualdade do mercado em subordinação, a dignidade em virtude, a luta pela subsistência em cativo.” (MOREIRA, 1982: 206)

A separação, no interior das forças produtivas, da propriedade da força de trabalho e da natureza, separa os homens e a natureza, pois *“a dinâmica do processo de produção-reprodução da lógica totalizadora do capital tem por motor as contradições que antepõem as classes fundamentais que derivam das relações capitalistas de propriedade: a burguesia – detentora dos meios de produção, incluindo a natureza – e o proletariado – dono de sua força humana”* (MOREIRA, 1982: 205). São os termos da relação homem-homem que se repetem na relação homem-meio. Ou seja, a separação da propriedade da força de trabalho e da natureza separa os homens e a natureza. Nasce a dicotomia que a ideologia burguesa se incumbirá de tornar natural na consciência dos homens.

3. O Limite da Realidade: a natureza como propriedade privada

Natureza é no fundo um conceito do qual medimos a intensidade da produção de objetos oriundos dela. E é do aprofundamento das desigualdades sociais, que por sua vez depende a quantidade

destes objetos. Portanto, quanto mais as sociedades aprimoram os seus esquemas de domínio sobre o natural e desigualdade entre grupos sociais, mais claramente se estabeleceram as diferenças entre um mundo que é natural e outro que é humano.

O social e o natural são partes integrantes de um universo relativístico em que a natureza é uma totalidade abstrata e provisória que só pode ser percebida e concretizada desde que localizada no tempo e no espaço de contextos sócio-culturais precisos.

A separação cultura/natureza impede não apenas o reconhecimento, mas o próprio desenvolvimento de possíveis diferenças culturais, pois se desdobra no artificialismo da separação e hierarquização entre “prioridades” consideradas fundamentais e secundárias, ou se prefere, entre “liberdades” e “necessidades”. E quando se processa tal divisão, as “liberdades” são sacrificadas em nome da urgência de “necessidades” que não conseguem ser satisfeitas.

O processo de trabalho implica na reunificação das forças produtivas (do homem e da natureza) separadas pelas relações de propriedade. A relação de compra-venda de força de trabalho restabelece a unidade do homem com a natureza, mas não restabelece a identidade desfeita pela instauração das relações capitalistas de propriedade entre os homens. Através da alienação do trabalho, homem e meio natural tornam-se cativos do capital. Despersonalizados, chamam-se capital variável e capital constante.

Dominadores da natureza com seu trabalho, os trabalhadores não são seus dominadores para si e para os homens. São transformadores da natureza em mercadoria. Quando com ela se identificam no plano mais alto da consciência, encontram, nos termos concretos do capital, o limite real da identidade: a natureza é propriedade privada, assim como os frutos de seus esforços não lhes pertencem, a natureza que eles trabalham é para outro homem.

“A contradição principal do capitalismo (capital X trabalho) se manifesta de diversas formas e nos diversos momentos do seu processo de produção/reprodução, constituindo suas formas concretas de existência. Seja através da luta dos trabalhadores por melhores salários e estabilidade no emprego, na luta dos trabalhadores do campo pela terra, nos movimentos de bairro para conseguir os equipamentos coletivos necessários como hospital, escola, água, luz e esgoto, seja na luta pela qualidade dos alimentos que consumimos ou contra a degradação ambiental, o que temos, na verdade, é a contradição fundamental do capitalismo se expressando em cada momento da produção/reprodução social, invadindo todos os campos da prática cotidiana dos indivíduos, grupos e classes sociais, onde a história se faz no dia a dia.” (GONÇALVES, 1982: 223)

Assim sendo, identificá-las e demonstrar suas articulações internas é uma das exigências teórico-metodológicas do materialismo histórico e dialético.

O capital é uma relação social que pressupõe o trabalho assalariado e, para que esta seja constituída, torna-se necessária a expropriação do trabalhador de seus meios de produção. Esta separação entre trabalhador e meios de produção está na base do capitalismo, pois o homem que dispõe de meios de produção não se subordina ao capital, não precisa, portanto, vender a sua força de trabalho. O primeiro modo de manifestação desse fenômeno é a desterritorialização do trabalhador, quando ele é arrancado da sua relação com a natureza. Ora, à medida que o homem não dispõe dos meios de produção, todas as suas necessidades terão de ser satisfeitas através do mercado, de uma relação mercantil.

E o que regula as trocas numa sociedade capitalista é a quantidade de trabalho socialmente necessária à produção das mercadorias e não o seu valor de uso. Isto é, na sociedade capitalista, é a quantidade de trabalho socialmente necessário (trabalho abstrato) que determina se os trabalhos concretos, que produzem valores de uso, são ou não necessários socialmente. Eis a contradição valor de uso *versus* valor de troca expressa em sua plenitude, significando, em termos práticos, a contradição entre satisfação das necessidades humanas (trabalho concreto = valor de uso) e necessidade do capital se valorizar (regulado pelo trabalho abstrato = valor de troca). O que importa no capitalismo é a realização da mais-valia contida na mercadoria.

Quanto mais o homem se encontra separado da natureza, mais ele tem que suprir suas necessidades através de uma relação mercantil. Portanto, ao separar o homem da natureza, o capitalismo se produz e se reproduz, assim como cria necessidades novas que fundamentam a sua existência enquanto modo de produção de mercadorias. A separação entre homem e natureza, o fato da existência ser garantida apenas na medida em que é para a geração do capital e a determinação das relações de produção pelo trabalho abstrato, são os fundamentos históricos, sócio-econômicos da alienação. Essa verdadeira subversão da realidade do processo de trabalho efetuada pelo capitalismo, está indissolúvelmente articulada ao processo de degradação ambiental, pois o fruto do trabalho deve ser direcionado para um mundo de sentido para quem pratica a atividade laborativa e não para gerar valor de troca.

4. Uma “solução” para além do problema

A “onda ambiental” é integrada por correntes preocupadas com a degradação e esgotamento dos recursos, resultado de atuação nefasta de um “homem” genérico e abstrato sobre uma natureza da qual ele não faz parte, mas sobre a qual atua de uma forma em que independe das relações sociais. O que reforça uma linha de atuação para a defesa de uma “natureza” que, entendida como fonte de lucros, estaria em parte ameaçada pelo esgotamento dos recursos naturais.

Para a ecologia não se coloca uma alternativa não capitalista à reorganização de toda a sociedade e de todo o sistema de produção. O objetivo consiste em descobrir uma maneira de ultrapassar a crise da produtividade, mantendo-se, porém, no quadro das relações básicas que definem o capitalismo. A “questão ecológica” nasce já sob pesada carga ideológica: serve para esconder a questão real e sua causa.

A deterioração do meio ambiente induz ao maior investimento de capital constante destinado à “reprodução da natureza” (técnicas despoluentes, recuperação de solos e mananciais, reflorestamento, descoberta de novos recursos) o que acaba por se tornar um novo negócio. Em outras palavras, administra-se a contradição (solução/problema) em prol da reprodução ampliada do capital, pois não há como este sistema, cuja existência está vinculada diretamente à expropriação da mais valia e que, para isso, necessita de produção de objetos mediados pelo valor de troca, deixar de ser nocivo ao meio ambiente.

Todavia, não podemos enveredar por um caminho extremamente perigoso que é o da condenação moral do capitalismo, à sua maldade inerente, como se a burguesia fosse composta de seres desprovidos de boa razão e bons sentimentos e, por isso, incapaz de fazer o mundo caminhar no “bom sentido”.

Por este motivo, concordamos com MÉSZÁROS (1999: 86) quando afirma que:

“A principal razão pela qual este sistema escapa a qualquer grau significativo de controle humano é que ele próprio surgiu no curso da história como uma poderosíssima – e ainda, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura ‘totalizante’ de controle, à qual tudo o

mais, inclusive os seres humanos, deve se adaptar, escolhendo entre provar sua 'viabilidade produtiva' ou perecer.” (grifo nosso)

As dificuldades em solucionar os problemas relacionados à destruição ambiental não consistem apenas em que os perigos inerentes ao desenvolvimento em curso sejam muito maiores que antes

“(...) uma vez que o sistema capitalista global atingiu seu apogeu contraditório de maturação e saturação. (...) Mas, para agravar a situação, tudo se complica porque não é possível encontrar soluções parciais para os problemas a serem enfrentados. Nenhuma 'questão única' pode ser realisticamente considerada como 'única questão'.” (MÉSZÁROS, 1999: 84)

Trata-se, na verdade, de um problema estrutural que, em síntese, se assenta no caráter privado da produção capitalista, onde cada empresário age por sua própria cabeça com vistas à chamada “utilização ótima” dos recursos que dispõe, objetivando ganhar a concorrência.

Neste sentido, a questão ecológica interroga, inclusive de um modo fundamental, todas as forças sociais do mundo capitalista contemporâneo. O que implica dizer que a capacidade de intervenção passa pelo questionamento do produtivismo o que coloca em discussão o funcionamento da sociedade em sua totalidade, ou seja, suas formas de gerir o patrimônio da humanidade: a natureza. Bem como os modos de produção e de consumo, os produtos que resultam da atividade econômica, os meios de produção, suas necessidades, seu modo de vida, suas técnicas e sua ciência. Isto porque o desperdício sistemático de matérias-primas, energia e trabalho social resulta da necessidade do capital em submeter o valor de uso a uma produção visando à reprodução.

“O desenvolvimento capitalista parece cada vez mais se apoiar em tudo aquilo que nega a vida, não só exigindo dos homens que produzam coisas para a destruição, como também produzindo coisas cuja única razão é manter o capitalismo de pé” (GONÇALVES, 1982: 230). Neste sentido, pode-se falar que a questão ecológica deve ser uma das pautas que deve ser inserida na discussão por uma sociedade para além do capital, deixando de ser uma utopia para se tornar uma necessidade.

5. Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho.** São Paulo: Cortez Editora: 1995.

BAUAB, Fabrício Pedroso. **O organicismo da Natureza dos “Quadros”:** um estudo sobre **alguns vínculos teóricos que alicerçaram os quadros da natureza, de Alexander Von Humboldt.** Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, dissertação de mestrado, 2001.

BIHR, Alain. *“A Crise Ecológica”.* In: BIHR, Alain. **Da Grande Noite à Alternativa.** São Paulo: Boitempo, 1999, p. 123-162.

CARVALHO, Marcos Bernadino. **A Geografia do Discurso da Natureza.** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ USP, dissertação de mestrado, 1991.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *“Notas Para Uma Interpretação Não-Ecologista do Problema Ecológico”.* In: MOREIRA, Ruy. **Geografia: teoria e crítica.** Petrópolis: Vozes, 1982, p. 221-230.

MÉSZÁROS, István. “*A Ordem do Capital no Metabolismo social da Reprodução*”. In: **Ensaio Ad Hominem 1**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999, p. 83-124.

MOREIRA, Ruy. “*Geografia, Ecologia, Ideologia: a ‘totalidade homem-meio’ hoje (espaço e processo de trabalho)*”. In: MOREIRA, Ruy. **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982, p 197-214.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. “*Reflexões Introdutórias sobre a Questão Ambiental para o Trabalho e para o Movimento Operário nesse Final de Século*”. In: **Revista Geográfica**, Bauru: AGB/Bauru, nº 16, 2000.

* Mestrando em Geografia pela FCT/UNESP/Presidente Prudente; Bolsista CAPES e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

[1] No decorrer do texto tentaremos mostrar que a concepção de natureza é um discurso que foi construído a fim de justificar as ideologias que regeram (e ainda regem) os paradigmas dos modos de produção das sociedades. Uma melhor exposição desse tema pode ser visto em CARVALHO, 1991.

[2] CARVALHO (1991) op.cit.

[3] Cosmologia é entendida como explicações da natureza a partir de fatos presentes nela mesma.

[4] CARVALHO, p 97, op. cit.

[5] Para maiores detalhes sobre esta fase, sugerimos HUBERMAN, Leo. *A História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

[6] De acordo com Charles Darwin, a evolução das espécies se pauta numa seleção natural a favor dos indivíduos mais fortes e adaptados às adversidades do meio.

[7] Sobre esse assunto, recomendamos a leitura de ANTUNES, R. (1995) que traz uma brilhante discussão sobre o processo de qualificação e desqualificação da *classe-que-vive-do-trabalho*. Além disso, a questão sobre a qualificação do trabalhador e integração deste no mercado tem sido foco de atenção do grupo *Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)*.